

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



JORNAL OFICIAL

I Série—Número 11

Quinta-feira, 1 de Junho de 1978

SUMÁRIO

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO E FINANÇAS

Portaria n.º 25/78:

Autoriza a transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

SECRETARIAS REGIONAIS DE AGRICULTURA E PESCAS E ECONOMIA

Portaria n.º 24/78:

Proíbe a entrada, na Região Autónoma da Madeira, de batata (semilha), cerejas e uvas frescas provenientes do Continente Português.

SECRETARIA REGIONAL DE ECONOMIA

Portaria n.º 26/78:

Fixa o preço máximo da venda ao público, de frango, galo ou galinha preparados segundo o tipo «carcaça pronta a cozinhar» e das miúdezas comestíveis respectivas, para a Região Autónoma da Madeira.

DECLARAÇÃO

Altera algumas expressões mencionadas na portaria n.º 17/78.

DECLARAÇÃO

Rectifica diversos preços mencionados na portaria n.º 23/78.

Portaria n.º 27/78:

Altera o preço dos produtos fixados no n.º 1 da portaria n.º 16/78 e revoga o n.º 2 da mesma portaria.

Portaria n.º 28/78:

Revoga as portarias n.º 4/77 de 12 de Abril e n.º 6/77 de 19 de Abril.

Portaria n.º 29/78:

Fixa o preço máximo de venda ao público de vários cereais e seus derivados na Região Autónoma da Madeira.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO E SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO E FINANÇAS

Portaria n.º 25/78

A fim de possibilitar o pagamento de despesas correntes do cap. 2.º do Orçamento Ordinário do Governo Regional, inerente à Presidência, no montante de 700 000\$00, e de despesas de capital do cap. terceiro do mesmo Orçamento, inerente à Secretaria Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, no montante de 74 800 000\$00, torna-se necessário fazer a transferência da verba de 75 500 000\$00, do referido cap. 3.º, pelo que, ao abrigo do art. 3.º do Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, manda o Governo Regional da Madeira, através da Presidência e da Secretaria Regional do Planeamento e Finanças, o seguinte:

1.º Que se proceda à transferência da importância acima mencionada para reforço de verbas, de igual montante, dos cap.ºs 2.º e 3.º do Orçamento Ordinário para o ano de 1978, de conformidade com o mapa anexo, que faz parte integrante desta Portaria.

2.º Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Presidência do Governo e Secretaria Regional do Planeamento e Finanças, 23 de Maio de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*. — O Secretário Regional do Planeamento e Finanças, *José António Camacho*.

| Código | DESIGNAÇÃO DA RECEITA | CÓDIGO | | DIVISÃO | CAPÍTULO |
|--------|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | VERBA TRANSFERIDA DO ORÇAMENTO ORDINÁRIO | | | | |
| | CAPÍTULO III | | | | |
| | SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E COMÉRCIO | | | | |
| | 1. Gabinete Regional | | | | |
| | DESPESAS CORRENTES | | | | |
| 44 | Outras despesas correntes: | | | | |
| 60 | Diversas: | | | | |
| | 10) Outras despesas 75 500 000\$00 | 75 500 000\$00 | 75 500 000\$00 | 75 500 000\$00 | 75 500 000\$00 |
| | DESIGNAÇÃO DA DESPESA | | | | |
| | CAPÍTULO II | | | | |
| | PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL | | | | |
| | 1. Gabinete Regional | | | | |
| | DESPESAS CORRENTES | | | | |
| 01 | Remunerações certas e permanentes: | | | | |
| 42 | Remunerações de pessoal diverso | 200 000\$00 | 200 000\$00 | | |
| 31 | Aquisição de serviço — Não especificados | | 500 000\$00 | 700 000\$00 | 700 000\$00 |
| | CAPÍTULO III | | | | |
| | SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E COMÉRCIO | | | | |
| | 1. Gabinete Regional | | | | |
| | DESPESAS DE CAPITAL | | | | |
| 45 | Investimentos — Terrenos | | 1 000 000\$0 | | |
| 47 | Investimentos — Edifícios | | 60 300 000\$00 | | |
| 51 | Investimentos — Material de transporte | | 13 500 000\$00 | 74 800 000\$00 | 74 800 000\$00 |
| | TOTAL DA DESPESA | | | | 75 500 000\$00 |

SECRETARIAS REGIONAIS DE AGRICULTURA E PISCAS E ECONOMIA

Portaria n.º 24/78

«A Lei n.º 5/70, publicada no Diário do Governo», I Série, n.º 132, de 6 de Junho de 1970, que determina a livre circulação de mercadorias nacio-

nais ou nacionalizadas, entre as ilhas adjacentes e entre estas e o Continente estabelece na sua Base III que essa liberdade «não prejudica as restrições de ordem geral exigidas pelos superiores interesses económicos ou sociais da Nação, nomeadamente as indispensáveis à protecção da vida e da

saúde das pessoas e de animais e à preservação da vida vegetal».

Depois da publicação desta Lei, as trocas comerciais entre o Continente e a Madeira têm vindo a aumentar progressivamente, englobando diversíssimos produtos e artigos. Entre as mercadorias entradas já ocupam lugar de realce diversos produtos agrícolas, frescos, especialmente frutas; e é de esperar que em épocas de escassez local, também se manifeste interesse pela aquisição no Continente, com destino à Madeira, de outros produtos da terra.

A entrada de produtos agrícolas frescos nesta Região, comporta perigos graves, os principais dos quais ligados a parasitas que por eles podem ser veiculados; sobretudo, parasitas não existentes até à data nas culturas praticadas na Madeira.

Dignos de atenção e merecedores dos maiores cuidados contam-se como mais importantes: o escaravelho americano, da batateira ou semilha (*Leptinotarsa decemlineata* Say); certos nemátodos, também da batateira (*Globodera* supp.); a mosca da cereja (*Rhagoletis cerasi* L.); as traças da uva (a eudémis-*Polychrosis botrana* Schiff e a cochilis-*Clydia ambiguella* Hb) — pragas que, existindo no Continente português não foram até hoje assinaladas na nossa Região.

Note-se que relativamente àquelas pragas da batata ou «semilha» tem havido, desde há muitos anos, todas as cautelas para que não sejam introduzidas na Madeira e, por isso, não tem sido permitida a entrada deste produto de proveniência continental.

Importa, porém, tomar desde já medidas legislativas de maior eficiência na defesa das nossas produções, não só de batata, como de cereja e uva.

Nestes termos, usando a faculdade conferida, o Governo Regional, pelas Secretarias Regionais de Agricultura e Pescas e Economia, determina:

Artigo 1.º — É expressamente proibida a entrada na Região Autónoma da Madeira de batata (semilha), cerejas e uvas frescas, provenientes do continente português.

§ único — Será lançada ao mar alto, queimada ou recambiada ao exportador continental, a expensas do responsável que a importou ou expediu, toda a partida de batata, cerejas ou uvas frescas que chegue à Madeira, proveniente do Continente português.

Artigo 2.º — A importação de batata, para consumo e semente, cerejas e uvas frescas dou-

tras origens, continua sujeita à legislação vigente.

Artigo 3.º — Este diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Secretaria Regionais de Agricultura e Pescas e Economia, 29 de Maio de 1978. — O Secretário Regional de Agricultura e Pescas, *Jorge Gaudêncio Machado Figueira*. — O Secretário Regional de Economia, *João Crisóstomo de Aguiar*.

SECRETARIA REGIONAL DE ECONOMIA

Portaria n.º 26/78

Ao abrigo do n.º 1, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 101/76, de 3 de Fevereiro e por força do Decreto-Lei N.º 318-D/76, de 30 de Abril e Decreto-Lei n.º 427-F/76, de 1 de Junho, o Governo Regional, pelo Secretário Regional de Economia, determina o seguinte:

- 1.º — Os preços de venda ao público de galo, galinha e do frango preparados segundo o tipo «carcaça pronta a cozinhar» e e das respectivas miudezas comestíveis continuam sujeitos ao regime de preços máximos a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 329-A/74, de 10 de Julho.
- 2.º — Os preços máximos referidos no número anterior são os constantes da tabela anexa ao presente diploma.
- 3.º — 1. As margens de comercialização do grossista, qualquer que seja o número de intervenientes, e do retalhista são as seguintes, por quilograma, independentemente da classificação comercial das aves:

| | Grossista | Retalhista |
|----------------------------------|-----------|------------|
| Galos, galinhas e frangos vivos | 3\$00 | 3\$20 |
| Galos, galinhas e frangos mortos | 4\$00 | 6\$50 |

2. As margens referidas em 1 deste número entendem-se fixas e incidem sobre o preço de aquisição e englobam o lucro

líquido, bem como todos os encargos inerentes ao exercício da respectiva actividade.

4.º — 1. Quando o grossista ou retalhista adquirir os galos, galinhas e frangos vivos e efectuar o abate auferirá uma margem de comercialização fixa de 23\$20, por quilograma, independentemente da classificação comercial das aves.

2. A margem referida no n.º 1 deste artigo 4.º engloba as margens estipuladas no número anterior, bem como o lucro líquido e todos os encargos inerentes ao exercício da respectiva actividade e incide sobre o preço de aquisição.

5.º — Na comercialização de galos, galinhas e frangos é obrigatória, para o produtor e grossista, a passagem de factura devidamente datada, nos termos do disposto no n.º 9 da Portaria n.º 21 362, de 30 de Junho de 1965.

6.º — Continua proibida a comercialização de galos, galinhas e frangos preparados segundo o tipo tradicional.

7.º — É revogada a Portaria n.º 8/77, de 19 de Abril.

8.º — Esta portaria entra imediatamente em vigor.

TABELA

Preço máximo de venda ao público de frango, galo ou galinha preparados segundo o tipo «carcaça pronta a cozinhar» e das miudezas comestíveis respectivas.

1. Carcaça de frango, galo ou galinha pronta a cozinhar acompanhada das miudezas comestíveis 70\$00

Secretaria Regional de Economia, 30 de Maio de 1978. — O Secretário Regional de Economia, *João Crisóstomo de Aguiar*.

DECLARAÇÃO

Segundo comunicação da Secretaria Regional de Economia, a Portaria n.º 17/78 de 16 de Maio, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

Nos N.ºs 10.º, 11.º e 12.º, onde se lê: «...nas condições expressas no N.º 9...», deve ler-se: «...nas condições expressas no N.º 14...».

No N.º 13.º, onde se lê: «...previstos nos N.ºs 1 e 3 do N.º 6...», deve ler-se: «...previstos no N.º 1 do N.º 10.º e no N.º 11.º...».

No N.º 14, onde se lê: «...referidos nos N.ºs 6, 7 e 8...», deve ler-se: «...referidos nos N.ºs 10.º, 11.º, 12.º e 13.º...».

Secretaria Regional de Economia, 30 de Maio de 1978. — O Secretário Regional de Economia, *João Crisóstomo de Aguiar*.

DECLARAÇÃO

Segundo comunicação da Secretaria Regional de Economia, a Portaria n.º 23/78 de 24 de Maio, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria, saiu com a seguinte inexactidão, que assim se rectifica:

No N.º 2, onde se lê:

«...Preço no armazenista

40\$80

46\$30

48\$50...»,

deve ler-se:

«...Preço no armazenista

43\$90

50\$10

52\$30...».

Secretaria Regional de Economia, 30 de Maio de 1978. — O Secretário Regional da Economia, *João Crisóstomo de Aguiar*.

Portaria n.º 27/78

A constante subida dos fretes marítimos entre o Continente e a Região Autónoma da Madeira, decretada pelo Governo Central, preocupa este Governo Regional.

Os alimentos compostos para animais têm um consumo profuso e são uma necessidade primária para a nossa pecuária.

As rações, são fabricadas na Região com uma grande percentagem de matérias primas importa-

dos do Continente que afecta o seu custo final em \$50 (cinquenta centavos) por quilograma.

O Governo Regional, querendo dentro do espírito da Constituição, dar ao povo madeirense uma igualdade de preços relativamente aos praticados no Continente, resolveu bonificar as fábricas com este diferencial e alterar o preço dos produtos fixados na portaria N.º 16/78 de 16 de Maio.

Frizamos, contudo, que este subsídio deverá ser coberto, pelo fundo de abastecimento.

Nestes termos:

Ao abrigo do disposto do n.º 1 do artigo 3.º do

Decreto-Lei n.º 101/76, de 3 de Fevereiro e por força do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril e Decreto-Lei n.º 427-F/76, de 1 de Junho, determina o Governo Regional, pelo Secretário Regional de Economia, o seguinte:

1.º — Para os tipos de alimentos compostos, cujos tipos se fixam no n.º 1 da portaria n.º 16/78 de 16 de Maio, o Governo Regional subsidiará o agravamento de \$50 que se verifica relativamente aos preços fixados para o Continente.

2.º — 1 — Os preços máximos de venda ao utilizador final dos tipos de alimentos compostos passarão a ser os seguintes por quilograma:

| | | | | | |
|----------------|--------|----------------|-------|----------------|-------|
| A — 101 | 10\$30 | B — 310 | 8\$80 | S — 800 | 9\$60 |
| A — 102 | 10\$20 | B — 320 | 7\$70 | S — 801 | 9\$40 |
| A — 103 | 9\$80 | B — 321 | 7\$80 | S — 815 | 8\$70 |
| A — 104 | 10\$50 | B — 330 | 7\$80 | S — 816 | 8\$40 |
| A — 111 | 8\$60 | B — 332 | 7\$70 | S — 830 | 8\$30 |
| A — 112 | 8\$80 | | | S — 831 | 8\$30 |
| A — 115 | 10\$50 | | | | |
| A — 120 | 8\$80 | | | | |
| A — 125 | 8\$90 | | | | |
| A — 130 | 9\$30 | | | | |

2 — Fica revogado o n.º 2 da portaria n.º 16/78 de 16 de Maio.

3.º — Os preços e demais condições da venda para a Ilha do Porto Santo são os fixados para a Ilha da Madeira, para tal subsidiando o Governo Regional o frete marítimo no transporte dos produtos para o Porto Santo.

4.º — O presente diploma entra imediatamente em vigor.

Secretaria Regional de Economia, 31 de Maio de 1978. — O Secretário Regional da Economia, *João Crisóstomo de Aguiar*.

Portaria n.º 28/78

Ao abrigo do disposto do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 101/76, de 3 de Fevereiro e por força do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril e Decreto-Lei n.º 427-F/76, de 1 de Junho, determina o Governo Regional, pelo Secretário de Economia, o seguinte:

1.º — Ficam revogadas as portarias n.º 4/77 de 12 de Abril e n.º 6/77 de 19 de Abril que fixam

os preços, respectivamente, dos queijos tipo «flamengo» e «prato» e das carnes verdes e congeladas.

2.º — O presente diploma entra imediatamente em vigor.

Secretaria Regional de Economia, 31 de Maio de 1978. — O Secretário Regional de Economia, *João Crisóstomo de Aguiar*.

Portaria n.º 29/78

O Decreto-Lei n.º 70/78, de 7 de Abril fixou para o Continente português o sistema de preços a vigorar quanto a cereais e seus derivados.

A Madeira, como Região Autónoma, regula, nos escalões que lhe são inerentes os preços dos diferentes produtos, fixando o Governo Central os preços de venda dos cereais e os subsídios a conceder às sêmolas e farinha de consumo corrente destinada ao fabrico de massas alimentícias.

O milho branco, produto tão consumido na Madeira, escasseia cada vez mais nos mercados produtores, e este Governo vê-se impossibilitado

de poder continuar a abastecer o mercado com aquele produto.

O preço porque será vendido, assim como a obrigatoriedade de ser comercializado em farinha, visa canalizar este produto exclusivamente para o consumo humano.

A fixação de um preço mais baixo para o milho branco poderia conduzir à utilização do produto para a alimentação de animais com manifesto prejuízo para o consumo humano.

Acrescente-se que, de qualquer modo, o produto é comercializado nas mesmas condições em todo o território português, não havendo deste modo qualquer agravamento de preço regional.

Nestes termos:

Ao abrigo do disposto do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 101/77 de 3 de Fevereiro e por força do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril e Decreto-Lei n.º 427-F/76, de 1 de Junho, deter-

mina o Governo Regional, pelo Secretário Regional de Economia, o seguinte:

DO MILHO EM GRÃO

- 1.º — O preço máximo de venda ao público do milho amarelo em grão é de 7\$00 por quilograma.
- 2.º — O preço máximo de venda ao público do milho «estragado» é de 7\$50 por quilograma.
- 3.º — O milho branco será destinado exclusivamente à alimentação humana e só poderá ser vendido ao público em farinha.
- 4.º — 1 — As farinhas espoadas de trigo e sêmolas do mesmo cereal, a produzir pela indústria de moagem terão as seguintes características como limites máximos:

| | PERCENTAGENS | | |
|---|--------------|--------|-------|
| | HUMIDADE | ACIDEZ | CINZA |
| a) Farinha de 1.ª qualidade para panificação e outros usos | 14 | 0,05 | 0,55 |
| (1) b) Farinha de 2.ª qualidade para panificação | 14 | 0,05 | 0,82 |
| c) Para fabrico de bolachas | 14 | 0,05 | 0,75 |
| d) Para fabrico de massas alimentícias: | | | |
| Sêmolas (M1) | 14 | 0,05 | 0,75 |
| Farinha de consumo corrente (M2) ... | 14 | 0,05 | 1,30 |

(1) Não leva incorporação de farinha de milho.

2 — As farinhas e as sêmolas deverão ter um mínimo de 7% e 8% de glúten seco, respectivamente.

3 — Em quaisquer das farinhas e sêmolas, o residuo insolúvel no ácido clorídico não pode exceder 0,02%.

4 — A acidez é expressa em ácido sulfúrico e determinada no extracto alcoólico.

5 — Nos limites indicados admite-se uma tolerância analítica de 0,05% em relação aos teores de humidade e

cinza e 0,005% em relação aos teores de acidez.

6 — Na indústria de confeitaria e pastelaria poderá ser utilizada a farinha de 1.ª qualidade referida na alínea a).

7 — A farinha de 2.ª qualidade só pode ser vendida à indústria de panificação, destinando-se exclusivamente ao fabrico de pão de 2.ª qualidade.

8 — As farinhas de consumo corrente (M2) só podem ser vendidas à indústria de massas alimentícias e utilizadas exclusivamente no fabrico de

massas alimentícias de consumo corrente.

5.º — Os preços máximos por tonelada das farinhas espodadas de trigo, à porta da moagem, em relação à Ilha da Madeira, e no cais, em Porto Santo, são os seguintes:

Farinha de 1.ª qualidade 8 310\$00
Farinha de 2.ª qualidade 7 998\$60

6.º — É fixado em 5 000\$00 por tonelada o preço máximo de venda, pelas moagens, do lote homogéneo constituído pelos subprodutos resultante das moendas dos trigos destinados ao fabrico de farinhas para panificação e de sêmolas para massas alimentícias.

7.º — É autorizado o fabrico dos seguintes tipos de farinha de milho destinada a usos culinários:

a) Farinha de milho em rama;

b) Farinha de milho com desgerminação.

8.º — O teor em gordura da farinha de milho com desgerminação não poderá exceder 1,1%.

9.º — O preço máximo de venda ao público da farinha de milho em rama é de 7\$60 por quilograma.

10.º — O preço máximo de venda ao público da farinha de milho com desgerminação é de 11\$00 por quilograma, em embalagens de 1 kg e 2 kg.

11.º — Os preços fixados entendem-se para toda a área da Região, obrigando-se o armazenista a colocar a mercadoria no retalhista. A localização do retalhista, para este caso, compreende-se junto das vias principais com acesso rodoviário.

12.º — O Governo Regional subsidiará o frete marítimo no transporte das mercadorias para os retalhistas do Porto Santo, com excepção das farinhas espodadas de trigo para panificação que será de conta das moagens.

FARINHAS PARA USOS CULINÁRIOS

13.º — 1 — Os preços máximos de venda ao público de farinhas de trigo de produção regional para usos culinários são os seguintes por quilograma:

Em emgalagens de 1 kg 13\$40
Em embalagens de 0,5 kg 13\$80

2 — Os preços máximos de venda ao público das farinhas compostas de produção regional para usos culinários são os seguintes por quilograma:

Em embalagens de 1 kg 13\$80
Em embalagens de 0,5 kg 14\$20

14.º — Os preços fixados no número anterior entendem-se por toda a área da Região.

DO PÃO E PRODUTOS AFINS

15.º — 1 — O pão de primeira qualidade é fabricado com farinha de primeira qualidade.

2 — O pão de primeira qualidade será vendido aos seguintes preços máximos, por unidade ou por quilograma:

De 50g — \$90 (18\$00 por quilograma);
De 200g — 3\$60 (18\$00 por quilograma);
De 400g — 6\$70 (16\$80 por quilograma);
Múltiplos de 400g — ao preço correspondente a 16\$80 por quilograma.

16.º — Ficam livres aos preços de venda de pão fabricado em unidades de 30g e de pão de forma.

17.º — 1 — O pão de 2.ª qualidade é fabricado com farinha de 2.ª qualidade.

2 — O pão de 2.ª qualidade será vendido aos seguintes preços máximos, por unidade ou por quilograma:

De 500g — 6\$60 (13\$20 por quilograma);
Múltiplos de 500g — ao preço correspondente a 13\$20 por quilograma.

18.º — 1 — Os preços fixados nos n.ºs 15.º e 17.º referem-se à venda nas secções res-

pectivas dos estabelecimentos de fabrico e nos seus depósitos.

2 — Os estabelecimentos do ramo alimentar poderão praticar os preços permitidos para venda do pão em regime de distribuição domiciliária.

19.º — Além dos produtos mencionados nos n.ºs 15.º e 17.º continua a ser permitido o fabrico do pão regional de batata, tradicionalmente confeccionado com batata-doce e farinha de 1.ª qualidade.

2.º — Na venda ao domicílio poderão acrescentar aos preços máximos fixados nos artigos 15.º e 17.º as seguintes importâncias:

I — PÃO DE 1.ª QUALIDADE

- a) Por cada unidade de 50g \$15
- b) Por cada unidade de 200g \$40
- c) Por cada unidade de 400g \$60
- d) Múltiplos de 400g \$60

II — PÃO DE 2.ª QUALIDADE

- a) Por cada unidade de 500g \$40
- b) Múltiplos de 500g \$60

21.º — São livres os preços de venda de pão de milho, pão de centeio, pão com incorporação de batata-doce, bolo do caco e outros produtos afins do pão.

22.º — 1 — Os tipos de pão referidos no n.º 2 dos artigos 15.º e 17.º deverão ter, por peso nominal de cada unidade expresso em gramas (M), o correspondente resíduo seco total mínimo a seguir indicado:

- a) No pão de 1.ª qualidade e no de mistura — 0,70 M para valores de M iguais ou inferiores a 333g e 0,67 M para valores de M superiores a 333 g;
- b) No pão de 2.ª qualidade e no de farinha de trigo em rama — 0,67 M para valores de M iguais ou inferiores a 333g e 0,62 M para valores de M superiores a 333g.

2 — As tolerâncias que vierem a ser

admitidas para cada unidades de pão, serão tomadas em consideração no valor nominal do seu peso.

3 — As regras de colheita das amostras e os processos de análise a adoptar para verificação do cumprimento do determinado neste artigo serão os constantes do Regulamento Interno da Comissão Técnica dos Métodos Químico-Analíticos, aprovado pela Portaria n.º 13201, de 19 de Junho de 1950.

23.º — Os produtos afins do pão só podem ser fabricados em formatos que se não confundam com os adoptados para o pão e a partir de massas sovadas e levedadas de tipo panar, com adição de leite, açúcar, gordura, ovos, frutas aromáticas naturais e outras substâncias legalmente autorizadas em que a percentagem de açúcar, expressa em sacarose, não seja inferior a 3% nem superior a 22%.

24.º — 1 — No fabrico do pão e dos produtos afins, as substâncias autorizadas como aditivos, além da água, sal, fermento ou levedura, são as seguintes:

- a) Farinha de glúten, com riqueza mínima de 60%;
- b) Extracto de malte, em conformidade com o estabelecido no Decreto n.º 37338, de 17 de Março de 1949, e por diastásico igual ou superior a 90% Mendisch-Kolbach;
- c) Leite inteiro, desnatado ou magro, pasteurizado, esterilizado ou, pelo menos, fervido, e que obedeça ao estabelecido nas respectivas normas portuguesas;
- d) Leite em pó, inteiro, desnatado ou magro, que obedeça ao estabelecido nas respectivas normas portuguesas;
- e) Açúcar, em conformidade com a legislação em vigor;
- f) Gorduras e óleos naturais comestíveis, margarinas e «shorte-

nings» que obedeçam ao estabelecido nas respectivas normas portuguesas;

g) Manteiga, em conformidade com o disposto na Portaria n.º 13699, de 10 de Outubro de 1951;

h) Ovos ou ovo em pó, que obedeçam às condições prescritas pela Inspeção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais nos termos do n.º 7 da Portaria n.º 13201, de 19 de Junho de 1951;

i) Aromatas naturais, excluídas as essências, quer naturais, quer sintéticas;

j) Ácido ascórbico, com pureza mínima de 99% (no produto seco;

k) Vinagre, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 35486, de 2 de Setembro de 1946;

l) Produtos constituídos por misturas de aditivos indicados nas alíneas a) a j), contendo ou não outros produtos, desde que fabricados mediante autorização da Inspeção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais, com pareceres favoráveis da Direcção-Geral de Saúde e da E. P. A. C., e sob condição de ser viável a verificação do respectivo fabrico, com fiscalização analítica individual de todos os seus componentes.

2 — É proibido o uso na indústria de panificação de levedantes químicos, branqueadores, conservantes e corantes, inclusive riboflavina e lactoflavina.

DAS MASSAS ALIMENTÍCIAS

25.º — As massas alimentícias de qualidade superior (M) serão fabricadas com sêmolos e as de consumo corrente (M2) serão fabricadas com farinha de consumo corrente com as características indicadas no artigo 4.º da presente portaria.

26.º — As massas alimentícias acondicionadas em embalagens de papel ficam sujeitas

ao regime de preços máximos, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 329-A/74, de 10 de Julho.

27.º — O papel utilizado nas embalagens das massas alimentícias não poderá ser inferior ao tipo «kraft».

28.º — Os preços máximos das massas alimentícias referidas no n.º 26.º na Região Autónoma da Madeira, são os constantes da tabela anexa a este diploma.

29.º — Consideram-se embalagens de luxo os acondicionamentos em celofane, cartolina ou outros materiais da mesma natureza ou de fantasia, sujeitos a autorização prévia da entidade competente.

30.º — Só podem ser acondicionadas em embalagens de luxo as massas alimentícias de qualidade superior.

31.º — Os estabelecimentos que tiverem à venda massas alimentícias contidas em embalagens de luxo deverão ter igualmente à venda os mesmos tipos de massas em embalagens de papel ou vender aquela aos preços destas.

32.º — As massas alimentícias destinadas a ser utilizadas como matéria-prima por actividades industriais, bem como as vendidas às entidades a que se refere o Decreto-Lei n.º 40 342, de 18 de Outubro de 1955, e outras equiparadas, poderão ser embaladas em unidades de 10 kg.

33.º — As infracções ao disposto na presente portaria, no respeitante às massas alimentícias, serão punidas com multa de 1000\$00 a 10 000\$00, se outra punição mais grave lhes não couber, nos termos da legislação em vigor.

34.º — Fica revogada a Portaria n.º 12/77 de 1 de Junho.

35.º — As dúvidas e os casos omissos resultan-

tes da aplicação desta portaria serão resolvidos por despacho do Secretário Regional de Economia.

guinte ao da sua publicação.

36.º — Esta portaria entra em vigor no dia se-

Secretaria Regional de Economia, 1 de Junho de 1978. — O Secretário Regional de Economia, *João Crisóstomo de Aguiar*.

PREÇOS MÁXIMAS DE VENDA NA REGIÃO DE MASSAS ALIMENTÍCIAS EMPACOTADAS EM PAPEL

| | PELA FÁBRICA EM UNIDADES DE 10 kg. a) | AO PÚBLICO EM UNIDADES DE | | |
|------------------------|--|---------------------------|-------|---------|
| | | 1 kg | 0,5kg | 0,25 kg |
| De consumo corrente: | | | | |
| Cortada | 90\$00 | 10\$80 | 5\$50 | 2\$90 |
| Massinhas | 93\$70 | 11\$30 | 5\$80 | 3\$00 |
| De qualidade superior: | | | | |
| Cortada | 126\$30 | 15\$80 | 8\$00 | 4\$20 |
| Massinhas | 126\$30 | 15\$80 | 8\$00 | 4\$20 |
| Meada | 133\$20 | 16\$60 | 8\$50 | 4\$30 |
| Bambus | 133\$20 | 16\$60 | 8\$50 | 4\$30 |

a) Não se destina à venda a armazenista ou ao público através dos retalhistas.

Preço deste número: 15\$00

«Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»

A S S I N A T U R A S

| | |
|----------------------------|-----------------------|
| As duas séries Ano 1 100\$ | Semestre 650\$ |
| A 1.ª série 650\$ | > 350\$ |
| A 2.ª série 650\$ | > 350\$ |

Suplementos — preço por página, 1\$50

Preço avulso — por página, 1\$50

A estes valores acrescem os portes de correio

«O preço dos anúncios é de 10\$ a linha, acrescido do respectivo Imposto de Selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»